

Discurso proferido pelo Deputado
GERALDO RESENDE (PPS/MS),
em sessão no dia 07 / 06 /2006.

A FORÇA NACIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Naufragado em uma crise sem precedentes na história do Mato Grosso do Sul, o Governador Zeca do PT, tenta se agarrar a qualquer tábua para salvar sua gestão, ainda que essa tábua de salvação seja a falta de segurança causada pela própria inapetência pública.

O garimpo por recursos se dá num momento de grande fragilidade e medo da população. O Governo sul-mato-grossense, para justificar uma “mordida” no Tesouro Nacional, já que o cofre estadual sequer consegue pagar salários, inescrupuloso se aproveita dos atentados e rebeliões patrocinados pelo crime organizado, pede ao

Governo Federal, verba para o sistema penitenciário, num negócio que envolve o envio da Força Nacional ao Estado.

Pois foi só a Força Nacional chegar para ficar evidente o escopo do Governo Estadual, qual seja: dinheiro público federal, e que a “Tropa de Elite”, não passa de uma lamentável e cara encenação para justificar o injustificável, de R\$ 10 milhões inicialmente pedidos pelo Estado, foi oferecida e prontamente aceita, sem questionamento ou indignação, a esmola de R\$ 2,3 milhões, já que com a crise financeira atual o Governo Estadual não pode recusar sequer migalhas.

Dizemos isso, não só pelas evidências, com também pelas manifestações que espocam, como no Editorial do Jornal Correio do Estado do último Domingo, onde se lê que: “Como a maioria dos grandes feitos anunciados pelo PT há sempre grandes impactos propagandísticos precedidos de ações mal ajambradas, que

terminam por provocar descrença e fomentar piadas entre a população”.

O que assistimos em Mato Grosso do Sul com a chegada da Força Nacional, envergonhou todos os sul-mato-grossenses: as tropas chegaram e foram sendo levadas de lá para cá à procura de alojamento adequado e refeição, tudo no mais grosseiro improvisado.

Mais uma vez nos remetemos ao oportuno editorial do Correio do Estado que soube traduzir os fatos ao afirmar que: “Quando o Governo age só preocupado em fazer registro de imagens para mostrar eficiência nos telejornais, transformando problemas concretos num compartimento do mundo ficcional, dificilmente será levado a sério de que pretende realmente resolver assuntos candentes que afligem a população”.

Ora, parece sintomático que em Campo Grande, Capital, maior e mais populosa cidade do Estado, fiquem tão somente 40 policiais da Força Nacional.

Entendemos que é justo e necessário que a Força Nacional haja em Mato Grosso do Sul, mas que seja tratada com dignidade e não como um troco na negociação por recursos do Governo Estadual.

Diante dessa gana por dinheiro, é bom que os órgãos de controle federal como o Ministério Público Federal, a Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União, além dos órgãos internos dos Ministérios cedentes, fiquem bastante atentos à aplicação dos recursos destinados ao Mato Grosso do Sul.

O próprio TCU, tratou de irregularidades em obras que demandam verbas federais, tocantes ao sistema carcerário sul-mato-grossense, geridas pela Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul - AGESUL, como a construção de presídio federal em Dois Irmãos do Buriti; do Presídio de Trânsito da Capital, e unidades penais de Naviraí e Três Lagoas.

Foram superfaturamentos, contratações acima das dotações orçamentárias; falta de estudo de impacto ambiental; alterações não autorizadas do projeto básico e até do local das obras; tudo à revelia do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

O relator do TCU, nesse caso dos presídios, alertou para o "prejuízo causado à sociedade pelo atraso na entrada em operação do estabelecimento penal". Vejam que isso foi dito antes dos atentados de maio, ou seja, é mais fácil culpar o celular do que espiar as próprias culpas.

A segurança pública seria mais efetiva se o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul não burilasse com o dinheiro federal de forma irresponsável, denodado clara má-fé no trato da coisa pública.

Neste controle, ante da situação periclitante das finanças sul-mato-grossenses, esperamos contar com o TCU, o Ministério Público Federal, a Controladoria Geral da

União e os órgãos de auditoria dos Ministérios pertinentes,
além da nossa atuação a partir desta Casa de Leis.

Gratos pela atenção.

Deputado GERALDO RESENDE
PPS/MS